

ELEIÇÕES / No plano de governo, PT troca o termo “revogação” por “revisão” do texto aprovado pelo Congresso na gestão Michel Temer. Entre as propostas do partido estão, também, desmatamento zero e valorização da atividade policial

Freio sobre reforma trabalhista

» VINICIUS DORIA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB-SP) vão apresentar, na semana que vem, as linhas gerais do plano de governo que pretendem levar aos palanques na campanha à Presidência da República. Os sete partidos que integram a coligação de apoio à chapa PT-PSB fecharam, ontem, “um amplo acordo sobre todos os itens das diretrizes” que vão nortear a montagem do futuro programa de governo a ser registrado na Justiça Eleitoral, segundo nota divulgada pelo coordenador do Programa de Governo, o ex-ministro Aloisio Mercadante (PT-SP).

O texto-base proposto pela Fundação Perseu Abramo — ligada ao PT — tinha 90 itens e recebeu 124 emendas dos partidos aliados, em especial do PSB de Alckmin. A principal mudança está na posição que as legendas vão adotar, como discurso de campanha, sobre a reforma trabalhista. Em vez da revogação proposta inicialmente pelo PT, o plano de governo vai sustentar a necessidade de “revisão” do texto aprovado pelo Congresso por iniciativa do governo Michel Temer. A importância dessa alteração já havia sido minimizada pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para quem “revogar e revisar são verbos equivalentes”.

Em entrevista à Rádio Vitoriosa, de Uberlândia, ontem, Lula usou o verbo “revisar” ao responder perguntas sobre como se comportaria, se eleito, em relação às reformas trabalhista e previdenciária. O PSB e o Solidariedade defenderam a alteração

AFP



O plano de governo será avaliado por Lula e Alckmin, além dos presidentes dos partidos, e a divulgação deve ocorrer na próxima semana

não só para evitar atritos com o empresariado, como para preservar pontos da legislação que contemplam novos modelos de trabalho advindos da revolução digital.

Representantes de PT, PCdoB, PV, PSB, PSol, Rede e Solidariedade, que integram a coligação, vinham se reunindo desde a semana passada, em São Paulo, para fechar o documento que será, agora, validado pelos dois pré-candidatos antes da divulgação final,

prevista para o início da semana que vem.

O PT pretende reunir, em um grande evento na capital paulista, além dos presidentes dos partidos coligados, intelectuais, ambientalistas e representantes da sociedade civil, de movimentos sociais e de centrais sindicais. Na ocasião, também será apresentada uma “plataforma virtual de participação social”, que permitirá, segundo Mercadante, “a construção coletiva do programa de governo da chapa Lula-Alckmin”.

Polícia e meio ambiente

Principal parceiro da coligação, o PSB incluiu no novo documento temas que são caros à sigla, como propostas de valorização da atividade policial; políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das áreas de ciência, tecnologia da informação e inovação; incentivos à economia criativa; e mecanismos de transparência à execução do Orçamento Público — com fortalecimento dos órgãos de fiscalização

e controle e instrumentos para barrar a liberação de emendas via orçamento secreto.

Outras alterações importantes foram propostas por PV, PSol e Rede em relação à política ambiental. Ficou acordado que Lula e Alckmin levarão aos palanques a promessa de “desmatamento líquido zero”, equação baseada na relação entre áreas desmatadas e reflorestadas. Também foram incluídas sugestões específicas para a proteção da chamada Amazônia Azul — como os militares se

» Troca de elogios com Kalil

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que estava com covid, testou negativo, ontem, para a doença, e deve comparecer ao lançamento da chapa com Alexandre Kalil (PSD), pré-candidato ao governo de Minas Gerais, hoje, em Uberlândia. À Rádio Vitoriosa, o petista elogiou o ex-prefeito de Belo Horizonte e o descreveu como alguém “com vontade de trabalhar e de fazer as coisas corretamente”. Kalil retribuiu: “Presidente, obrigado. Meu voto será dado com quatro anos de atraso. O senhor governará o Brasil com o coração de sempre. Viva a esperança”, postou no Twitter.

referem ao mar territorial brasileiro. Também integrará o texto a sugestão de controle de armamento no país, um contraponto à atual política do governo de Jair Bolsonaro de facilitar o acesso às armas de fogo pela população civil.

As legendas aprovaram, ainda, a ampliação do debate sobre um novo pacto federativo, também chamado de “novo federalismo”, com o objetivo de repensar o atual modelo de distribuição de recursos públicos e competências entre União, estados e municípios.

Alckmin recebeu, ontem mesmo, a minuta do novo plano de governo com as alterações propostas pelas siglas coligadas e passará o feriado analisando as propostas. Ele e Lula, de acordo com suas respectivas assessorias, devem aprovar o texto final do plano de governo até o próximo fim de semana.

Futuro político será decidido “mais adiante”

» VICTOR CORREIA

O ex-juiz Sergio Moro (União Brasil) anunciou, ontem, que o seu futuro político será decidido “adiante” e que vai viajar pelas cidades do Paraná para se “reconectar de uma maneira mais profunda com os anseios da população” antes de decidir qual cargo disputará. As declarações ocorreram uma semana depois de o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) negar a transferência do domicílio eleitoral dele de Curitiba para a cidade de São Paulo.

“No fundo, o meu objetivo primário agora é circular o Paraná, me reconectar com o povo paranaense, e essa decisão (sobre cargo) vai ser tomada adiante, juntamente com o União Brasil, tanto com o nacional como com o Paraná. Acima de tudo, quem vai decidir isso é a população paranaense”, ressaltou, durante coletiva de imprensa em Curitiba, da qual participou, entre outros, a

esposa do ex-juiz, Rosângela Moro, que será candidata a deputada federal por São Paulo.

A transferência de domicílio eleitoral do ex-juiz foi rejeitada pelo TRE-SP em 7 de julho, por quatro votos a dois. A decisão ocorreu após ação protocolada pelo diretório municipal do PT, que alegou não haver qualquer vínculo de Moro na cidade de São Paulo.

O ex-ministro da Justiça disse, ontem, que “tem seus vínculos” com a cidade e que o requerimento de transferência do domicílio ocorreu a pedido do União Brasil, a favor de um “projeto nacional de resistência”. Ele afirmou, ainda, estar “radiante” sobre seu retorno ao Paraná.

“Quis o destino que o TRE decidisse de maneira diferente, e eu voltei aqui ao Paraná. Discordo da decisão, mas eu respeito as instituições. Não sou aquela pessoa que ataca as instituições”, destacou. “Contem comigo sempre para ser lutador. Não vou

CASSIANO ROSÁRIO/FUTURA PRESS/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO



O ex-juiz ao lado da esposa, Rosângela Moro: disputa das eleições pelo Paraná

Indigenista

Na coletiva, Moro foi questionado sobre a exoneração do indigenista Bruno Pereira da Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2019. O órgão é subordinado ao Ministério da Justiça, chefiado à época pelo ex-juiz. Bruno está desaparecido no Vale do Javari, no Amazonas, desde 5 de junho, com o jornalista britânico Dom Phillips. “Essa decisão não passou por mim”, ressaltou Moro.

Segundo a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), o indigenista foi demitido da Funai sem qualquer justificativa, após coordenar uma operação que expulsou garimpeiros da terra indígena Yanomami, em Roraima.

“Espero realmente que eles sejam encontrados com vida. Minha solidariedade à família. Acho que é um evento trágico e espero que os responsáveis sejam encontrados e punidos”, frisou.

desistir e nada vai me deter nessa busca de transformar o Brasil e fazer história novamente a partir daqui do Paraná”, sustentou.

Caso concorra ao Senado, Moro pode disputar com o senador Alvaro Dias (Podemos-PR), que foi dos defensores da

pré-candidatura do ex-juiz ao Planalto pelo Podemos. Questionado sobre isso, Moro frisou que o parlamentar é uma pessoa a quem respeita. “Tampouco ele está decidido se vai ou não concorrer ao Senado. Então, acho prematuro”, minimizou.

Por outro lado, se decidir tentar uma vaga na Câmara, ele concorreria com o ex-procurador Deltan Dallagnol, com quem atuou durante a Operação Lava-Jato. Moro também negou qualquer tipo de conflito e destacou que há “várias vagas”.

**209 novas salas de aula.
20 mil novas vagas.
Mais de 600 escolas reformadas.**

Maria Luiza de Amorim
Aluna da recém-inaugurada
Escola Classe 52, Taguatinga

